



Número: **0600557-85.2020.6.16.0032**

Classe: **RECURSO ELEITORAL**

Órgão julgador colegiado: **Colegiado do Tribunal Regional Eleitoral**

Órgão julgador: **Relatoria Des. Vitor Roberto Silva**

Última distribuição : **25/11/2020**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Processo referência: **0600754-39.2020.6.16.0000**

Assuntos: **Propaganda Política - Propaganda Eleitoral, Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Internet, Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Divulgação de Notícia Sabidamente Falsa, Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Redes Sociais**

Objeto do processo: Da decisão proferida nos autos de nº 0600557-85.2020.6.16.0032 que indeferiu a petição inicial. (Representação proposta pela Coligação Palmas Rumo ao Futuro em face de Michel Logan, alegando, em síntese, que o Representado, em seu perfil na rede social Facebook, elaborou um post onde faz propaganda eleitoral negativa, depreciativa e com fake News que macula a honra do candidato Dr. Kosmos onde foi requerido, liminarmente, que fosse o Sr. Michel intimado a remover a postagem ilícita de sua página no Facebook, no prazo de um dia e sob pena de multa diária; ainda, que fosse determinada a obrigação de não fazer para que cesse a divulgação da postagem ilícita indicada na exordial e fosse proibido de reexibir, compartilhar ou trazer a público esta postagem até que haja o julgamento de mérito da publicação. Ao fim, pleiteou a confirmação da tutela provisória e a condenação do representado à multa do art. 57-D, §2º da Lei 9.504/1997. A foto publicitária divulgada pelo Representado na rede social contém as seguintes informações: "Dia lindo para pegar uma piscina né gente, Vamos lá na casa de Lá Begode pois foi feita com grana pública, e se é pública é do nosso povo, e se é do povo é Nosso"; "Uuu que que o prefeito fez? Nadaaaaa nada nadaaaa o que ela vai fazer? Nada nada nada, o nosso prefeito não pode ir nadar se não as hienas irão se afogarr, Comigo - o que que o prefeito fezzz"; "Vai lá Begodon, você é foda, Tem caboco fazendo hora extra no domingo, Begode por que se não puxa um pixe, cambia uma máquina? Eu iria...; 4 anos de Mandato, Ano de Eleição"). RE3

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
PALMAS RUMO AO FUTURO 40-PSB / 55-PSD / 45-PSDB (RECORRENTE)		MARCELA BATISTA FERNANDES (ADVOGADO) HALLEXANDREY MARX BINCOVSKI (ADVOGADO) GRACIANE DOS SANTOS LEAL (ADVOGADO) LEANDRO SOUZA ROSA (ADVOGADO)	
MICHEL LOGAN (RECORRIDO)			
Procurador Regional Eleitoral1 (FISCAL DA LEI)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
21581 166	01/12/2020 09:09	Decisão	Decisão



JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

RECURSO ELEITORAL (11548) - Processo nº 0600557-85.2020.6.16.0032 - Palmas - PARANÁ

[Propaganda Política - Propaganda Eleitoral, Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Internet, Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Divulgação de Notícia Sabidamente Falsa, Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Redes Sociais]

RELATOR: VITOR ROBERTO SILVA

RECORRENTE: PALMAS RUMO AO FUTURO 40-PSB / 55-PSD / 45-PSDB

Advogados do(a) RECORRENTE: MARCELA BATISTA FERNANDES - PR0087846, HALLEXANDREY MARX BINCOVSKI - PR0075822, GRACIANE DOS SANTOS LEAL - PR0081977, LEANDRO SOUZA ROSA - PR0030474

RECORRIDO: MICHEL LOGAN

Vistos etc.

Trata-se de Recurso Eleitoral, interposto pela COLIGAÇÃO “PALMAS RUMO AO FUTURO - PSD, PSB e PSDB”, em face da decisão proferida pelo Juízo da 32ª Zona Eleitoral de Palmas/PR (ID 18925466), a qual indeferiu a petição inicial de Representação Eleitoral ante MICHEL LOGAN, a qual pedia, liminarmente fosse ordenado que o Representado fizesse cessar a divulgação da postagem tida como ilícita, bem como que o representado fosse proibido de reexibir, compartilhar ou de qualquer forma trazer à público a postagem ainda que por qualquer meio de comunicação diverso, pelo menos até o julgamento do mérito da representação.

A Procuradoria Regional Eleitoral manifesta-se (ID 21173916) pelo não conhecimento do recurso, ante a perda superveniente do objeto, tendo em conta ultrapassado o período de propaganda eleitoral, inexistindo, portanto, resultado prático possível na análise de eventual irregularidade na veiculação da publicação.

É o relatório.

Decido, o que faço monocraticamente, com fulcro no art. 31, IV, a, do Regimento Interno deste Tribunal Regional Eleitoral.



Pretendia o recorrente, com este Recurso Eleitoral, reanálise de matéria referente a irregularidade em propaganda eleitoral.

Com a realização da eleição e não havendo segundo turno no município, houve a perda superveniente do interesse recursal, haja vista a manifestada inutilidade do provimento a ser proferido por este Tribunal.

Posto isso, extingue-se o processo sem resolução de mérito, nos precisos termos do art. 485, VI, 2ª figura, do Código de Processo Civil.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Curitiba, 30 de novembro de 2020.

DES. VITOR ROBERTO SILVA – RELATOR

